



MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

1/3

Relatório da Administração

OPERAÇÃO 2021

O ano de 2021 foi um ano de retomada para o Mineirão. Depois de 18 meses sem a presença de público em jogos e eventos por conta da pandemia de Covid-19, o Gigante da Pampulha voltou a receber expectadores a partir de agosto. O retorno dos torcedores aconteceu de forma gradual, seguindo todos os protocolos definidos pelas autoridades públicas, especialmente pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) e pela Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). O Mineirão foi a grande casa do futebol mineiro em 2021. Palco de competições regionais, nacionais e internacionais, foram realizados 61 jogos no estádio, recorde de partidas em uma mesma temporada desde a sua reforma, em 2013. O retorno do público no futebol se deu de

forma gradual durante o ano. Nos meses de novembro e dezembro, o Mineirão recebeu 9 jogos com público médio superior a 55 mil torcedores, e um total presente no estádio superior à 630 mil torcedores. Além disso, o estádio foi palco, pelo segundo ano consecutivo, da final do Campeonato Mineiro Feminino. Quanto aos demais eventos que não o futebol, o ano também possui uma agenda do Gigante movimentada, principalmente, no segundo semestre. O estádio recebeu 99 eventos, com um público total de quase 70 mil pessoas, tudo dentro dos protocolos sanitários estabelecidos pelas autoridades. Congressos, feiras e eventos corporativos, de capacitação e desenvolvimento profissional, também ocuparam as salas e espaços da arena multiuso. Entre os shows, destaca-se a gravação de DVD do cantor sertanejo Felipe Araújo.

Dentro das normas sanitárias, o Mineirão também manteve, quando possível, a programação de suas atrações fixas do Museu Brasileiro do Futebol (MBF), Tour Meu Mineirão, Tiroleza e Feirão de Carros do Mineirão. A Esplanada do Mineirão, aberta diariamente de 7h às 22h, também se fortaleceu como espaço público de recreação e saúde nesses tempos de pandemia. Ainda, em parceria com órgãos públicos de justiça e segurança, clubes mineiros e Federação Mineira de Futebol, o Mineirão promoveu a campanha “Todos contra a Importunação Sexual”, com o objetivo de conscientizar o torcedor e a torcedora quanto ao cometimento da importunação sexual, e incentivar as pessoas a denunciarem quando forem vítimas ou presenciarem a importunação.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)							
	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.691	13.228	Fornecedores	10	3.342	3.736
Ativo financeiro de concessão	5	97.541	97.643	Empréstimos e financiamentos	11	40.167	39.779
Contas a receber de clientes	6	7.663	6.694	Obrigações e encargos trabalhistas	-	1.384	1.402
Impostos e contribuições a recuperar	7	39	1.594	Impostos e contribuições a recolher	-	5.525	1.565
Adiantamentos a fornecedores	-	574	572	Adiantamento de clientes	16	925	11.570
Estoques	-	841	850	Receitas diferidas	-	2.712	2.515
Titulos e valores mobiliários	14	25	3.817	Outras obrigações	-	12	315
Outros ativos	-	291	1.939				
Total do ativo circulante		127.665	126.337	Total do passivo circulante		54.067	60.882
				Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos e financiamentos	11	97.650	137.105
Ativo financeiro de concessão	5	348.302	376.058	Tributos diferidos	12	25.401	12.406
Contas a receber de clientes	6	66.585	27.321	Partes relacionadas	13	3.018	10
Partes relacionadas	13	17	-	Adiantamento de clientes	16	12.574	-
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.193	1.189	Provisão para riscos	14	1.071	58
Outros ativos	-	880	672	Receitas diferidas	-	10.683	4.945
		416.977	405.240	Outras obrigações	-	223	382
				Total do passivo não circulante		150.620	154.906
Imobilizado	8	1.205	1.802	Total do passivo		204.687	215.788
Intangível	9	29.902	31.729	Patrimônio líquido	15		
Total do ativo não circulante		448.084	438.771	Capital social		246.405	246.405
Total do ativo		575.749	565.108	Reserva de lucros		124.657	102.915
						371.062	349.320
				Total do passivo e patrimônio líquido		575.749	565.108

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
		Reserva de Lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	246.405	8.692	122.172	-	377.269
Prejuízo do exercício	-	-	-	(949)	(949)
Absorção do prejuízo	-	-	(949)	949	-
Distribuição de dividendos	-	-	(27.000)	-	(27.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	246.405	8.692	94.223	-	349.320
Lucro líquido do exercício	-	-	-	66.742	66.742
Constituição da reserva legal	-	3.337	-	(3.337)	-
Transferência para reserva de subvenção	-	-	63.405	(63.405)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	246.405	12.029	112.628	-	371.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
1. Informações gerais	2.4.2. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração
A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abraão Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte – MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio ou Mineirão) e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construção CCPS – Engenharia e Comércio S.A., pela Egessa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.	As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.
Contrato de Concessão	2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros
O Contrato de Parceria Público Privado (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012.	Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.
A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Consequentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.	2.4.4. Impairment de ativos financeiros
A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 23 de fevereiro de 2022.	Ativos mensurados ao custo amortizado
1.1. Covid-19	A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por <i>impairment</i> são incorridas somente se há evidência objetiva de <i>impairment</i> como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.
Os anos de 2020 e 2021 foram anos desafiadores. As medidas de isolamento e distanciamento social impostas para o enfrentamento da pandemia do Covid-19 afetaram diretamente as atividades de vários setores da economia, sendo o setor de entretenimento um dos mais afetados. Com a evolução da pandemia, e a consequente paralisação do futebol (inclusive com público) e do setor de eventos em geral, a receita operacional da Minas Arena reduziu drasticamente após 16 meses sem a presença de público no estádio, em 18 de agosto de 2021, após a publicação da Portaria SMSA/SUS-BH nº 0332/2021 em 29 de julho de 2021, atendendo a rígidos protocolos sanitários, foi liberado o retorno dos jogos de futebol profissional com a presença de público. Desde a retomada em agosto de 2021, até o final de outubro, novas liberações foram ocorrendo de forma que em 02 de novembro de 2021, foi publicada nova portaria a Portaria SMSA SUS-BH nº 0591/2021, revisando o limite da capacidade permitida de público no estádio para 100% da capacidade. Com a retomada do público, a Concessionária obteve crescimento médio nos meses de novembro e dezembro de mais de 200% no faturamento bruto comparado aos meses de novembro e dezembro de 2020.	2.5. Contas a receber de clientes
	As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
	As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD ou <i>impairment</i>).
	2.6. Estoques
	Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.
	2.7. Imobilizado
	O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
	A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.
	O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.
	2.8. Ativos intangíveis
	São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.
	2.9. Impairment de ativos não financeiros
	Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.
	2.10. Fornecedores
	As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
	Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.
	2.11. Empréstimos e financiamentos
	Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
	Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
	Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	17	42.246	41.801
Custos dos serviços prestados	18	(15.762)	(15.861)
Lucro bruto		26.484	25.940
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.972)	(12.890)
Outras receitas operacionais, líquidas	20	60.871	207
		43.899	(12.683)
Lucro operacional		70.383	13.257
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	25.289	691
Despesas financeiras	19	(13.793)	(14.674)
		11.496	(13.983)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		81.879	(726)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(15.137)	(223)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		66.742	(949)
Quantidade de ações (em milhares)	-	8.214	8.214
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	-	8.13	(0.12)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	66.742	(949)	
Resultados abrangentes do exercício	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	66.742	(949)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	81.879	(726)	
Ajustes para conciliar o resultado			
Depreciação e amortização	2.456	2.670	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	10.149	11.755	
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(60.000)	(40.299)	
Tributos diferidos	(2.142)	86	
Receitas diferidas	5.935	(969)	
Resultado na baixa de imobilizado	-	85	
Provisão para perdas esperadas	843	-	
Provisão contingência	2.193	(187)	
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Ativo financeiro de concessão	87.858	91.451	
Contas a receber de clientes	(41.076)	15.059	
Adiantamentos a fornecedores	(2)	56	
Impostos e contribuições a recuperar	1.551	(3)	
Estoques	9	192	
Outros ativos	1.440	(718)	
Fornecedores	(394)	309	
Obrigações e encargos trabalhistas	(18)	136	
Impostos e contribuições a recolher	3.960	924	
Adiantamento de clientes	1.929	(2.361)	
Pagamentos de provisão para riscos	(1.180)	-	
Outros passivos	(462)	(316)	
Caixa gerado pelas operações	94.928	77.144	
Juros pagos	(9.761)	(12.111)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	85.167	65.033	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	(32)	(578)	
Titulos e valores mobiliários	3.792	(3.817)	
Adições de intangível	-	(95)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	3.760	(4.490)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(39.455)	(230.324)	
Captação de empréstimos e financiamentos	-	193.000	
Partes relacionadas	(27)	-	
Dividendos	(41.982)	(27.000)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(81.464)	(64.324)	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	7.463	(3.781)	
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	13.228	17.009	
No final do exercício	20.691	13.228	
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	7.463	(3.781)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis;

ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas; e

iii) Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.14. Provisão para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

2.15. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado,

Continua...



sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de serviços

A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência.

b) Receita financeira

A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

c) Receita diferida

A receita diferida é reconhecida quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada, bem como contratos de patrocínios.

Assim, a cada mês na realização das receitas efetivas, efetua-se a apropriação da receita nas contas de resultado pertinentes pelo valor correspondente fração do período de cada contrato.

2.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis.

Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1 de janeiro de 2021, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

Alterações no CPC 38/IAS 39, CPC 40 (R1) /IFRS 7, CPC 11/IFRS 4, CPC 06 (R2) /IFRS 16 e CPC 48/IFRS 9: Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2.

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações contábeis como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis, uma vez que este não possui relações de *hedge* de taxas de juros.

IFRS 16 (CPC 06(R2)) – Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) – Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 30 de junho de 2021.

As alterações estabelecem medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, onde permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionado a Covid-19 é uma modificação de arrendamento. Essas alterações não têm impacto relevantes nas demonstrações contábeis.

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Companhia avaliará os efeitos das normas em possíveis eventos futuros:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28 / CPC 18 (R2) – Demonstrações Consolidadas e Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (a data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém é permitida a adoção antecipada das alterações) – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

Alterações à IFRS 3/CPC 15 – Referência à Estrutura Conceitual (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – as alterações acrescentam declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

Alterações à IAS 16/CPC 27 – Imobilizado – Recursos Antes do Uso Pretendido (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – alteração da contabilização de receita no processo o processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido.

Alterações à IAS 37/CPC 25 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada) – as alterações esclarecem o que representam “custos para cumprir um contrato” quando se avalia se um contrato é oneroso.

IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada) – a nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada) – as alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo.

Melhorias anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada) – A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada – a alteração esclarece que ao aplicar o teste de “10%” para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

IFRS 16 (CPC 06(R2)) – Arrendamentos (data de vigência não aplicável) – a alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

IAS 41 (CPC 29) – Agricultura (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada) – a alteração exclui a exigência na IAS 41 (CPC 29) para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 (CPC 29) às exigências na IFRS 13 (CPC 46) – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada.

IAS 1 (CPC 26(R1)) e declaração de prática da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação depolíticas contábeis. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023 – as alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por” informações de políticas contábeis relevantes”.

IAS 8 (CPC 23) – Definição de Estimativas Contábeis. Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023 – a alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”.

IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (“single transaction”). Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2023 – as alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

A administração avaliará os efeitos dessas normas em possíveis eventos futuros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Ativo financeiro de concessão

A Companhia reconheceu o “Ativo financeiro de concessão” com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas.

A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do “Ativo financeiro de concessão” para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo.

Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	20	3
Aplicações financeiras	20.671	13.225
Total	445.843	13.228

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários possuem rendimentos atrelados à taxa de 99,00% do Certificado de Depósito Interbancário (CDB-DI) em 31 de dezembro de 2021 (2020 – 99,39% e 99,34%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

5. Ativo financeiro de concessão

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” e da Orientação Técnica OCP 05 “Contratos de Concessão” (IFRIC 12) e pronunciamiento técnico CPC 48 “Instrumentos Financeiros”.

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	97.541	95.093
Ativo financeiro faturado	-	2.550
Total	97.541	97.643

Não circulante

Ativo financeiro a faturar	348.302	376.058
Total	445.843	473.701

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). Ambas as parcelas estão registradas a valor justo com base nas seguintes taxas de desconto: 11,5% aa (Pa) e 8,77% aa (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Ativo financeiro a faturar	97.541	95.093
Ativo financeiro faturado	-	2.550
Total	97.541	97.643

Não circulante

Ativo financeiro a faturar	348.302	376.058
Total	445.843	473.701

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). Ambas as parcelas estão registradas a valor justo com base nas seguintes taxas de desconto: 11,5% aa (Pa) e 8,77% aa (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	473.701	524.853
Receita financeira do ativo financeiro	60.000	40.299
Recebimentos	(87.858)	(91.451)
Saldo final	445.843	473.701

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes faturados	9.952	6.860
Contas a receber de clientes a faturar	65.832	27.848
Total	75.784	34.708

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	(1.536)	(693)
Total	74.248	34.015

Circulante

	7.663	6.694
Não circulante	66.585	27.321
Total	74.248	34.015

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía em suas contas a receber o montante de R\$ 2.707 (2020 – R\$ 2.028) que se encontrava vencido, mas não *impaired* (comprometido). Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	73.077	32.680
Vencido de 1 a 29 dias	95	189
Vencido de 30 a 59 dias	141	98
Vencido de 60 a 179 dias	272	78
Vencido de 180 a 360 dias	37	228
Vencido a mais de 360 dias	2.162	1.435
Total	75.784	34.708

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	2021	Adições	Baixas	2020
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	693	843	-	1.536
Total	693	843	-	1.536

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia gerencialmente em títulos vencidos que a companhia não espera receber.

	2018	Adições	Baixas	2019
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	781	-	(88)	693
Total	781	-	(88)	693

	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a Recuperar (Cofins)	1.188	1.159
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	4	1.592
Outros impostos e contribuições	40	32
Total	1.232	2.783

Circulante

	39	1.594
Não circulante	1.193	1.189
Total	1.232	2.783

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2022.

8. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Transfe-rência	31/12/2021
Custo						
Equipamentos em geral	1.599	9	-	-	-	1.608
Móveis e utensílios	3.344	-	-	42	-	3.386
Instalações	184	-	-	-	-	184
Equipamentos de informática	885	-	-	-	-	885
Veículos	70	-	-	-	-	70
Outras	72	23	-	(42)	-	53
Total	6.154	32	-	-	-	6.186

Depreciação acumulada						
Equipamentos em geral	10%	(1.110)	(153)	-	-	(1.263)
Móveis e utensílios	10%	(2.546)	(334)	-	-	(2.880)
Instalações	10%	(139)	(18)	-	-	(157)
Equipamentos de informática	20%	(504)	(103)	-	-	(607)
Veículos	20%	(31)	(14)	-	-	(45)
Outras	20%	(22)	(7)	-	-	(29)
Total		(4.352)	(629)	-	-	(4.981)
Imobilizado líquido		1.802	(597)	-	-	1.205

	Taxa anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transfe-rência	31/12/2020
Custo						
Equipamentos em geral	1.429	230	(60)	-	-	1.599
Móveis e utensílios	3.672	-	(328)	-	-	3.344
Instalações	193	-	(9)	-	-	184
Equipamentos de informática	597	315	(27)	-	-	885
Veículos	70	-	-	-	-	70
Outras	113	33	(74)	-	-	72
Total	6.074	578	(498)	-	-	6.154

Depreciação acumulada						
Equipamentos em geral	10%	(828)	(335)	53	-	(1.110)
Móveis e utensílios	10%	(2.428)	(371)	253	-	(2.546)
Instalações	10%	(127)	(19)	7	-	(139)
Equipamentos de informática	20%	(439)	(93)	28	-	(504)
Veículos	20%	(17)	(14)	-	-	(31)
Outras	20%	(80)	(13)	71	-	(22)
Total		(3.919)	(845)	412	-	(4.352)
Imobilizado líquido		2.155	(267)	(86)	-	1.802

21 ABR 2022

BELO HORIZONTE

EDITAIS

HOJE EM DIA

5

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Custo				
Softwares	20%	(199)	(7)	(206)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(13.496)	(1.820)	(15.316)
Total		(13.695)	(1.827)	(15.522)
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(199)	(7)	(206)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(13.496)	(1.820)	(15.316)
Total		(13.695)	(1.827)	(15.522)
Intangível líquido		31.729	(1.827)	29.902

	Taxa anual de amortização	31/12/2019	Adições	31/12/2020
Custo				
Softwares	20%	216	9	225
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	45.113	86	45.199
Total		45.329	95	45.424
Amortização acumulada				
Softwares	20%	(193)	(6)	(199)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(11.677)	(1.819)	(13.496)
Total		(11.870)	(1.825)	(13.695)
Intangível líquido		33.459	(1.730)	31.729

10. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de materiais	1.183	2.565
Outros fornecedores	536	156
Provisão para serviços prestados a faturar (a)	1.623	1.015
Total	3.342	3.736

Para atendimento ao regime de competência contábil registra os serviços que foram medidos/prestados, mas cujas notas fiscais ainda não foram emitidas.

11. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Banco Itaú	100% CDI com taxa fixa 2,30% a.a.	137.817	176.884
Total		137.817	176.884
Circulante		40.167	39.779
Não circulante		97.650	137.105
Total		137.817	176.884

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão



MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

3/3



Em 31 de dezembro de 2021, segundo os assessores jurídicos, havia processos de natureza cível e trabalhista com estimativa de perda provável no montante de R\$ 1.071 (2020 – R\$ 58), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 55.920 (2020 – R\$57.515), referente a ações cíveis, trabalhistas e administrativas. O saldo das causas de risco possível deve-se, especialmente, à autuação sobre a correta exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da parcela relativa à subvenção para investimentos.

A movimentação das provisões para riscos e amortizações é como segue:

Provisões contingência			
	2021	2020	
	Provisão para riscos	Provisão para riscos	
Trabalhistas	1.013	-	
Cíveis	58	58	
Total	1.071	58	

A movimentação das provisões para riscos e amortizações é como segue:

Movimentação				
	2020	Adição	Baixa	Atualização
Provisão	58	2.193	-	-
Amortização provisão	-	-	(1.180)	(1.180)
Total	58	2.193	(1.180)	1.071

Movimentação				
	2019	Adição	Reversão	Atualização
Provisão	245	-	(187)	-
Total	245	-	(187)	58

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão.

Capital integralizado

O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$246.405 representado pelo valor nominal de R\$30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2021 e 2020, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
Total	8.214	246.405

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c) Reserva de subvenção

A Reserva de Subvenção é formada pelo valor reconhecido como ressarcimento de construção pago pelo Poder Concedente à Concessionária em função da reforma e ampliação do Complexo do Mineirão. Este ressarcimento é composto por 100% da Parcela Pecuniária PA e 40% da Parcela Pecuniária PB. A Reserva de Subvenção é constituída a partir do Resultado do exercício, depois da retenção da Reserva Legal, estando limitada ao valor total do ressarcimento de construção já recebido, o qual ainda não foi atingido até a data-base de 31 de dezembro de 2021.

d) Dividendos

Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	66.742	(949)
Constituição da reserva legal	(3.337)	-
Transferência para reserva de subvenção	(63.405)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos	-	-

Adicionalmente a Companhia aprovou em 2021 a distribuição de R\$45.000 de dividendos com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os pagamentos ocorreram em maio, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021. Todo saldo utilizado da reserva de subvenção foi oferecido a tributação conforme Lei nº 12.973, de 2014.

A conciliação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Distribuição de dividendos	27.000
Pagamentos efetuados	(27.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Distribuição de dividendos	45.000
Pagamentos efetuados	(41.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.018

16. Adiantamento de clientes

Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2021 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP. Houve reclassificação para o passivo não circulante, pois a administração entende que o valor será liquidado ao final do contrato de concessão.

17. Receita líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de operação (a)	21.704	7.547
Atualização do ativo financeiro (b)	38.046	42.718
Impostos e contribuições (c)	(17.504)	(8.464)
Total	42.246	41.801

A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio;

(b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro;

(c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Serviços (ISS).

18. Custos e despesas por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(14.277)	(13.742)
Serviços públicos	(1.169)	(1.568)
Despesa com manutenção	(6.865)	(4.170)
Serviços de terceiros	(1.635)	(1.122)
Materiais	(1.313)	(727)
Depreciação e amortização	(2.457)	(2.670)
Propaganda e publicidade	(526)	(559)
Outros	(4.492)	(4.193)
Total do custo e despesas administrativas	(32.734)	(28.751)
Custos dos serviços prestados	(15.762)	(15.861)
Despesas gerais e administrativas	(16.972)	(12.890)
Total	(32.734)	(28.751)

19. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	682	471
Juros de mora e descontos obtidos	64	133
Variação monetária ativa	-	-
Juros e Multa Contratual (*)	2.551	-
Outras receitas financeiras (**)	21.992	87
Total	25.289	691
Despesa financeira		
Despesas e comissões bancárias	(251)	(226)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.149)	(11.755)
Juros de mora	-	(12)
Variação monetária passiva	-	(1)
Outras despesas financeiras	(3.393)	(2.680)
Total	(13.793)	(14.674)
Resultado financeiro	11.496	(3.983)

(*) A receita com juros e multa contratual, refere-se a atrasos nos recebimentos das parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão; e

(**) Outras receitas financeiras, refere-se à atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro.

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2021	31/12/2020
Energia mercado livre	30	65
Reembolso de danos estruturais	63	39
Multa contratual	67	81
Acordos Estado Mg (*)	5.032	-
Pleito Estado Minas Gerais (**)	55.637	-
Bonificações e brindes	29	-
Outras receitas	13	22
Total	60.871	207

(*) Reconhecimento do valor complementar ao acordo com Governo de Minas Gerais, referente ao pleito do estacionamento do mineirinho.

(**) A Administração reconheceu o saldo a receber referente ao pleito devido ao reequilíbrio econômico – financeiro contratual, cuja discussão, com o poder concedente, ocorre em sede de pleito arbitral.

21. Gestão de risco financeiro

21.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de longo prazo. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Durante 2021 e 2020, as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais.

O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

21.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, desenvolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumariados:

	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos e financiamentos	137.817	176.884
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(20.691)	(13.228)
Dívida líquida	117.126	163.656
Total do patrimônio líquido	371.062	349.320
Capital total (patrimônio líquido + dívida líquida)	488.188	512.976
Índice de alavancagem financeira - %	23,99%	31,90%

21.3. Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

22. Seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Montante da cobertura			
Bens segurados	Riscos cobertos	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	30.000	30.000
	Limite máximo de garantias / capital segurado	482.080	400.000

Patrimônio A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Com base nessa política possui contratos de seguros, considerados suficientes pela Administração, para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

DIRETORIA EXECUTIVA Andre Luis Santana Moraes Samuel Henrique Cornélio Lloyd CONTADORA Tatiana Michelle da Silva CRC/MG 113710/O

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e acionistas da
Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena – Gestão de Instalações

Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2022.

Daniel Menezes Vieira
CT CRC IMG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1



SELEÇÃO DE PACIENTES

ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

- Endodontia (canal)
- Ortodontia (aparelhos)
- Implantodontia (implantes)

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG
(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512
posodontologiaprado@funorte.edu.br

PÓS-GRADUAÇÃO
FUNORTE
BELO HORIZONTE

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA
CNPJ n.º. 17.441.197/0001-05
NIRE 31300046443

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sede da companhia, situada na Rua da Bahia, nº 1004, 13º andar, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em primeira convocação, no dia 29 (vinte e nove) de abril de 2022, às 9h:45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e aprovação do relatório da administração, contas da diretoria e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2) Deliberação sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 2021; 3) fixação de remuneração da diretoria; 4) Outros assuntos de interesse da companhia. Belo Horizonte, 15 de abril de 2022 – Tarsila Ortenzio Velloso -Diretora-Presidente.

VELLOSO S/A – NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS
CNPJ n.º. 17.179.805/0001-47
NIRE 31300052460

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da VELLOSO S/A – NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sede da companhia, situada na Rua da Bahia, nº 1004, sala 1.405, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em primeira convocação, no dia 02 (dois) de maio de 2022, às 9:15 (nove horas e quinze minutos), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e aprovação do relatório da administração, contas da diretoria e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2) Destinação do resultado do exercício social findo em 2021; 3) Fixação de remuneração da Diretoria. Belo Horizonte, 15 de abril de 2022. Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora Presidente.

ONV PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A
CNPJ n.º 16.694.036/0001-5
NIRE 3130000119-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores acionistas da ONV PARTICIPAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S/A convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, em primeira convocação, no dia 02 (dois) de maio de 2022, às 09:00 hrs (nove horas), na sede da companhia, localizada na Rua da Bahia, nº 1004, sala 1.405, em Belo Horizonte, Minas Gerais, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Exame, discussão e aprovação do relatório da administração, contas da diretoria e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2) Destinação do resultado do exercício social findo em 2021; 3) Fixação de remuneração da diretoria. Belo Horizonte, 15 de abril de 2022 - Tarsila Ortenzio Velloso - Diretora-Presidente.



MACAÚBAS MEIO AMBIENTE S.A.

CNPJ Nº 03.299.837/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Macaúbas Meio Ambiente S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.958	22.651
Contas a receber de clientes	5	5.214	4.638
Impostos a compensar		144	67
Estoque		701	343
Outras contas a receber		204	149
		<u>34.221</u>	<u>27.848</u>
Não circulante			
Imobilizado	6	59.270	60.108
		<u>59.270</u>	<u>60.108</u>
Total do Ativo		<u>93.491</u>	<u>87.956</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	2.553	1.479
Empréstimos e financiamentos	8	26	57
Obrigações tributárias	9	1.996	1.464
Salários e obrigações sociais	10	1.605	1.451
Partes relacionadas - debêntures	11	27.316	-
Outras obrigações		6	6
		<u>33.502</u>	<u>4.457</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	50	75
Partes relacionadas - debêntures	11	-	27.154
Tributos diferidos	12	153	271
Provisão p/ contingências trabalhistas	13	259	554
Provisão p/ desmobilização de aterros	14	12.092	10.006
		<u>12.554</u>	<u>38.060</u>
Patrimônio líquido	15		
Capital social		24.494	24.494
Reservas de lucros		22.941	20.945
		<u>47.435</u>	<u>45.439</u>
Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u>93.491</u>	<u>87.956</u>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1. – Objeto social: A Macaúbas Meio Ambiente S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, controlada da VITAL Engenharia Ambiental S.A., iniciou as suas operações em novembro de 2008 e tem como objetivo específico a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do Serviço Público, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte. 1.2 - Efeitos da pandemia da COVID-19: No ano de 2021 a Companhia desenvolveu diversas frentes de atuação relacionadas à pandemia. Algumas ações internas envolveram, por exemplo, o mapeamento de imunização de colaboradores contra Covid-19, campanha de vacinação contra gripe, atualização de protocolos de segurança nos escritórios, orientados pela OPAS (Organização Pan-americana da Saúde), revisão dos protocolos de viagens e participação em eventos adequando-os ao novo contexto de pandemia. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios, até exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração concluiu que não houve efeitos materiais que afetassem significativamente a sua situação patrimonial e financeira em relação às suas demonstrações contábeis. Entretanto, o efeito financeiro e econômico para o Grupo dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica. A Administração continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis. 2. **Apresentação das Demonstrações Contábeis:** 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos estimativos significativos foram feitos para a elaboração das informações contábeis intermediárias são apresentadas na Nota Explicativa nº 2.d. b) Data de aprovação das demonstrações contábeis: Em 31 de março de 2022, a Diretoria aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. c) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas divulgadas no item (d). d) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. e) Uso de estimativas e julgamentos: Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, como relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas incluem a mensuração de instrumento financeiro, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. 2.2. Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue: a) 1º de janeiro de 2022 - Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1) IAS 37); b) 1º de janeiro de 2022 - Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); c) 1º de janeiro de 2022 – Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4)IAS 16); d) 1º de janeiro de 2022 - Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3); e) 1º de janeiro de 2023 - Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4) IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8); f) 1º de janeiro de 2023 - IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. 3. **Resumo das Principais Políticas Contábeis:** a. **Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. b. **Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. c.

Demonstrações dos Resultados Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Receita bruta de serviços			
Impostos incidentes sobre serviços		54.637	54.574
Receita operacional líquida	16	(7.630)	(7.677)
Custos dos serviços prestados	17	47.007	46.897
		<u>(39.584)</u>	<u>(31.614)</u>
Lucro bruto		<u>7.423</u>	<u>15.283</u>
(Despesas) receitas operacionais:			
Despesas administrativas		(1.818)	(1.881)
Despesas tributárias		(1.261)	(309)
Outras receitas operacionais		1.007	195
		<u>(2.072)</u>	<u>(1.995)</u>
Resultado financeiro	18		
Receitas financeiras		505	374
Despesas financeiras		(2.222)	(936)
		<u>(1.717)</u>	<u>(562)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>3.634</u>	<u>12.726</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	19		
Contribuição social - corrente		(480)	(900)
Imposto de renda - corrente		(1.276)	(2.378)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		118	(271)
		<u>(1.638)</u>	<u>(3.549)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.996</u>	<u>9.177</u>
Lucro por ação		<u>0,08</u>	<u>0,37</u>

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício	1.996	9.177
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>1.996</u>	<u>9.177</u>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2020	<u>24.494</u>	<u>249</u>	<u>11.519</u>	<u>11.768</u>	<u>- 36.262</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.177	9.177
Constituição de reserva legal	-	799	-	799	(799)
Transferência para reserva de lucros	-	-	8.378	8.378	(8.378)
Saldos em 31/12/2020	<u>24.494</u>	<u>1.048</u>	<u>19.897</u>	<u>20.945</u>	<u>- 45.439</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.996	1.996
Constituição de reserva legal	-	100	-	100	(100)
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.896	1.896	(1.896)
Saldos em 31/12/2021	<u>24.494</u>	<u>1.148</u>	<u>21.793</u>	<u>22.941</u>	<u>- 47.435</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Contas a receber: Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **d. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em tratê-los às suas localizações e condições existentes. A Companhia reconhece as perdas, quando aplicável, nos estoques considerando a diferença entre o preço praticado e custo médio apurado. **e. Imobilizado:** Demonstrado aos custos de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6. A Companhia avalia a cada exercício o valor para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Um ativo imobilizado é considerado passível de ajuste de desvalorização quando seu valor contábil exceder seu valor recuperável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis. **Provisão para desmobilização de ativos:** Há muitos fatores que podem afetar o prazo e os valores a serem desembolsados com relação às obrigações para desmobilização. Esses fatores incluem atividades exploratórias e de desenvolvimento futuras, mudanças nos custos, alterações tecnológicas e na legislação, que não podem ser previstas pela Administração. Devido ao alto grau de incerteza, os gastos reais futuros podem ser alterados significativamente dos valores atualmente provisionados. A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revisados anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do aterro. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da Companhia. O ativo é depreciado de forma linear. **f. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais, trabalhistas e previdenciárias ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. **g. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas pelo regime de tributação do Lucro Real. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **h. Receita de serviços:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **i. Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação. **j. Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do CPC aplicável a pequenas e médias empresas (CPC PME).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa
31.12.2021 31.12.2020
Bancos conta movimento 1.101 1.079
Aplicações de liquidez imediata (i) 26.857 21.572
Caixa e Equivalentes de Caixa líquido 27.958 22.651

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2021 e 2020.

5 - Contas a Receber de Clientes
31.12.2021 31.12.2020
5.214 4.638
Caixa e Equivalentes de Caixa líquido 27.958 22.651

(i) Representado por serviços medidos e não faturados. Em janeiro de 2021 os serviços foram faturados e recebidos. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração,

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Fintos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	1.996	9.177
Ajustes por:		
Depreciação	2.215	2.919
Provisão para contingências trabalhistas	(295)	406
Provisão para desmobilização de aterros (ARO)	833	-
Encargos financeiros - juros debêntures	2.674	-
Lucro líquido ajustado	<u>7.423</u>	<u>12.502</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (diminuição) em contas a receber	(576)	11
Aumento (diminuição) em impostos a compensar	(77)	8
Aumento (diminuição) em estoque	(358)	(192)
Aumento (diminuição) em outras contas a receber	(55)	(23)
Aumento (diminuição) em fornecedores	1.074	437
Aumento (diminuição) em obrigações fiscais	532	1
Aumento (diminuição) em obrigações com pessoal	154	123
Aumento (diminuição) em outras obrigações	-	1
Caixa proveniente das operações	<u>8.117</u>	<u>12.868</u>
Aumento de imposto de renda e contribuição social diferidos	(118)	271
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	<u>7.999</u>	<u>13.139</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(124)	(45)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(124)</u>	<u>(45)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Contratação (pagamento) de empréstimo e financiamento	(56)	(92)
Liquidação de debêntures	(2.512)	(436)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(2.568)</u>	<u>(528)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.307</u>	<u>12.566</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	22.651	10.085
No final do exercício	<u>27.958</u>	<u>22.651</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.307</u>	<u>12.566</u>

com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

6 - Imobilizado

	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	-	15.166	-	15.166	15.166
Instalações	20	95.494	(61.275)	34.219	36.352
Equipamentos de campo e auxiliar	5	2.639	(2.452)	187	104
Veículos	5	1.511	(1.491)	20	59
Aterros (prov. p/desmobilização)	7	12.092	(2.445)	9.647	8.394
Outras imobilizações	10	201	(170)	33	33
		<u>127.103</u>	<u>(67.833)</u>	<u>59.270</u>	<u>60.108</u>

b) Movimentação do imobilizado

	Terrenos	Instalações	Equipamentos de campo e Aux.	Veículos	Aterros (prov. p/desmobilização)	Outros	Total
Saldo líquido em 31/12/2019	<u>15.166</u>	<u>38.488</u>	<u>106</u>	<u>124</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>53.921</u>
Adições	-	-	39	-	10.006	6	10.051
Baixas	-	-	(865)	(35)	-	-	(900)
(+) Baixas de depreciação/Amortiz.	-	-	865	35	-	-	900
(-) Depreciações/Amortizações	-	(2.136)	(41)	(65)	(1.612)	(10)	(3.864)
Saldo líquido em 31/12/2020	<u>15.166</u>	<u>36.352</u>	<u>104</u>	<u>59</u>	<u>8.394</u>	<u>33</u>	<u>60.108</u>
Adições	-	-	118	-	2.086	6	2.210
Baixas	-	-	(3.555)	(95)	-	(7)	(3.657)
(+) Baixas de depreciação/Amortiz.	-	-	3.555	95	-	7	3.657
(-) Depreciações/Amortizações	-	(2.133)	(35)	(39)	(833)	(8)	(3.048)
Saldo líquido em 31/12/2021	<u>15.166</u>	<u>34.219</u>	<u>187</u>	<u>20</u>	<u>9.647</u>	<u>31</u>	<u>59.270</u>

(i) Provisão para desmobilização de aterros – No exercício de 2021 a Companhia adicionou em seu ativo R\$ 2.086 mil referentes a custos de desmobilização de aterros.

7 - Fornecedores

Fornecedores nacionais (i)

	31.12.2021	31.12.2020
	2.553	1.479
	<u>2.553</u>	<u>1.479</u>

(i) Representado basicamente por insumos e serviços utilizados nas operações da Companhia.

8 - Empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não Circulante
Finame	31.12.2021 31.12.2020	31.12.2021 31.12.2020
Banco Bradesco S.A.	31	-
Banco Daimler Chrysler S.A.	26	75
	<u>26</u>	<u>57</u>
	<u>50</u>	<u>75</u>

Os financiamentos têm taxa fixa (PSI Real 360) e parte vinculados a TJLP. O prazo médio de pagamento é de 36 meses com vencimento das últimas parcelas entre 2022 e 2024, garantidos pelos próprios bens financiados.

9 - Obrigações tributárias

	31.12.2021	31.12.2020
PIS s/ Faturamento	190	117
COFINS s/ Faturamento	876	538
ISS s/ Faturamento	684	425
Obrigações fiscais sobre lucro	188	333
Impostos retidos de terceiros	50	49
PIS e COFINS s/ Receitas financeiras	8	2
	<u>1.996</u>	<u>1.464</u>

10 - Salários e obrigações sociais

|--|



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022
O município de Pedro Leopoldo/MG torna público que realizará no dia 11 de maio de 2022 às 13h30, licitação na modalidade Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº 018/2022, Processo Licitatório nº 031/2022, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA PESSOAS EM RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS. Recebimento das propostas: das 13h do dia 25/04/2022 até às 13h do dia 11/05/2022. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 11/05/2022** através do site www.comprasbr.com.br. O Edital poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660 - 5155/ 5114.

Patricia Duarte Costa Pereira- Pregoeira.

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO/RP Nº 017/2022
O município de Pedro Leopoldo/MG torna público que realizará no dia 06 de maio de 2022, licitação na modalidade Pregão Eletrônico / Registro de Preços nº 017/2022, Processo Licitatório nº 030/2022, cujo objeto é **Aquisição de Material Didático Semiestruturado impresso, de apoio pedagógico nas áreas do conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática para processo de alfabetização na idade certa, de 1º, 2º, 3º, 4º, 5º anos do Ensino Fundamental e 6º, 7º, 8º e 9º anos, com a finalidade do cumprimento da meta do plano de ação e recuperação da aprendizagem devido à COVID 19 e de suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o edital e seus anexos. Recebimento das propostas: das 13h do dia 25/04/2022 até às 13h do dia 06/05/2022. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 06/05/2022** através do site www.comprasbr.com.br. O Edital poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660 - 5155/ 5114.

Patricia Duarte Costa Pereira- Pregoeira.

PLANEX S/A - CONSULTORIA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO
CNPJ Nº 17.453.978/0001-01
CONVOCAÇÃO PARA AGO

Ficam os acionistas convocados para a AGO de 30/04/2022 às 9:00 horas, na Rua Rio Grande do Norte, 867 – 8º andar – Funcionários – B.Hte/MG, na qual serão examinados a prestação de contas dos Administradores, as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2021 e a destinação do resultado do exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINA Abertura dos envelopes do PL 034/22 – Pregão Eletrônico nº 005/22. Aquisição de 04 (quatro) veículos, sendo 01 veículo de passeio e 1 caminhão zero km, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº3.103 de 20/12/21 e Resolução 6.985 de 20/12/19 para o fortalecimento das ações de imunização no Estado de Minas Gerais, e 02 (dois) ônibus escolares urbano e rural, conforme Convênio de saída nº 1261000616/2022 celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação. Abertura e análise das propostas e habilitação: 10/05/22, às 9h30m. Sandra N.P.A.Medeiros-Pregoeira. Informações: (35) 3281-1100.Site: Edital e anexos, na íntegra no sistema eletrônico no site www.bdmlicitacoes.com.br e www.cristina.mg.gov.br, link "Licitações e Contratos".

FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FAEC

AVISO DE 1ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2022

Comunica-se aos interessados a **RETIFICAÇÃO** do edital do Pregão Eletrônico Nº 002/2022, publicado no Diário Oficial Eletrônico de Araguari/MG, Edição 1352, pag. 03 de 13 de abril de 2022, Jornal Gazeta do Triângulo, Edição 10.950, pag.03, de 13 de abril de 2022 e Jornal Hoje em Dia, pag. 03, de 13 de abril de 2022. A FUNDAÇÃO ARAGUARINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - FAEC, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na Portaria n 011/2021 do dia 23 de abril de 2021, com base no Processo Administrativo n. 014/2022, **RETIFICA:** I - Retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº002/2022, no Item 17.9 do referido Edital. **ONDE SE LÊ:** 17.9. O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 90.560,11 (Noventa mil e quinhentos e sessenta reais e onze centavos), ... - **LEIA-SE:** 17.9. O valor global estimado para a presente contratação é de R\$ 90.602,74 (Noventa mil e seiscentos e dois reais e setenta e quatro centavos), OS DEMAIS ITENS E SUBITENS DO CITADO EDITAL PERMANECEM INALTERADOS. Comunicamos ainda que considerando que tais alterações não impactam na formulação das propostas, mantêm-se a data inicialmente marcada para a disputa, 04/05/2022, 09:00. O edital Retificado encontra se disponível no endereço eletrônico www.faec.araguari.mg.gov.br/licitacoes, e www.licitanet.com.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), através de email: licitacoesecompras@faec.araguari.mg.gov.br - telefone (34) 3690-3220.

Araguari, 20 de abril de 2022.
LUÍS SERGIO DE OLIVEIRA
Pregoeiro

COMUNICADO PÚBLICO

A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, que falhas em equipamentos impediriam a prestação regular do serviço a alguns de seus usuários da localidade de Conselheiro Lafaiete - MG no dia 20/04/2022, a partir das 01h04 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotou imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 07h48 (horário de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2022 – PROCESSO Nº 49/2022
O MUNICIPIO DE ITACARAMBI torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o Pregão Eletrônico nº 22/2022 - Proc. 49/2022, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE ESPECIAL PARA ATENDER PACIENTE ESPECIAL DE NATUREZA CONTINUADA TAIS COMO TRATAMENTO DE CA, PARALISIA CEBRAL, DOENÇA DE ALZHEIMER, CONFORME RELATÓRIO NUTRICIONAL E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.** A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço <http://comprasbr.com.br> com início do recebimento das propostas no dia 26/04/2022 a partir das 08h30min, e fim do recebimento das propostas em 06/05/2022 às 14h 10min. A abertura das propostas ocorrerá às 08h 15min do dia 06/05/2022 e o **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08h 15min do dia 06/05/2022 no Sistema de Pregão Eletrônico Compras BR.
Itacarambi-MG, 20 de abril de 2022
Nívea Maria de Oliveira – Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 23/2022 – PROCESSO Nº 50/2022
O MUNICIPIO DE ITACARAMBI torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o Pregão Eletrônico nº 23/2022 - Proc. 50/2022, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR TERRESTRE EM ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.** A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço <http://comprasbr.com.br> com início do recebimento das propostas no dia 26/04/2022 a partir das 08h30min, e fim do recebimento das propostas em 06/05/2022 às 08h 10min. A abertura das propostas ocorrerá às 08h 15min do dia 06/05/2022 e o **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 08h 15min do dia 06/05/2022 no Sistema de Pregão Eletrônico Compras BR.
Itacarambi-MG, 20 de abril de 2022
Nívea Maria de Oliveira – Prefeita Municipal

PETRONAS Lubrificantes Brasil S.A. - CNPJ nº 03.613.421/0001-86					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Senhores acionistas,					
Em cumprimento aos dispositivos legais, apresentamos a seguir uma síntese das atividades desenvolvidas no exercício social, bem como as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.					
Panorama econômico e desempenho: Em 2021, a economia brasileira apresentou um crescimento econômico de 4,50%, após a forte recessão (-4,4%) provocada pelos primeiros impactos da pandemia de covid-19 no País em 2020. A taxa básica de juros SELIC fechou o ano em 9,25% ao ano, sendo o maior patamar desde julho de 2017. O Copom (Comitê de Política Monetária) começou a subir os juros em março, de 2% para 2,75%. Foram 7 reajustes consecutivos ao longo do ano. O setor automotivo teve ligeira melhora na comparação com 2020, ainda aquém do potencial de demanda interna e externa por veículos, de acordo com a Associação Nacional Dos Fabricantes De Veículos Automotores (ANFAVEA). A produção foi de alta de 11,6% sobre 2020, com o Brasil na oitava colocação global de produtores; as vendas internas ficaram 3% acima do ano anterior e as exportações 16% acima. Pela primeira vez, a Argentina representou menos da metade dos embarques nacionais (34% do total). A produção industrial encerrou o ano com aumento de +3,9%, com trajetória mais crescente no primeiro semestre, porém perdendo fôlego apresentando quedas no segundo semestre. Os bens de capital impulsionaram a alta, ao subir +28,3%, seguidos por bens intermediários (+3,3%) e os bens de consumo duráveis (+1,9%). Já os bens de consumo semi e não-duráveis apresentaram queda de 0,5%. Segundo a ABD - Associação Brasileira de Downstream, o mercado de lubrificantes movimentou 1.103 milhões de litros em 2021, um crescimento de +7,3% em relação à 2020. O mercado nacional, divulgado pela ANP - Agência Nacional de Petróleo, cresceu +6,5%. Os grandes players do mercado, associados à ABD, representaram 80,6% desse volume, um leve aumento na concentração de 2020 (80,0%). A PETRONAS Lubrificantes Brasil S.A. apresentou um aumento de +7,8% no seu volume comercializado em relação ao ano anterior, conquistando “Market Share”, de 11,58% ante 11,52% do ano anterior. A empresa concorre pela 5ª posição do mercado de lubrificantes no Brasil.					
Qualidade: A PETRONAS Lubrificantes Brasil S.A. mantém seu Sistema de Gestão de Qualidade certificado conforme as normas IATF 16:949:2016 e ISO 9001:2015. A PETRONAS também possui seu Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório acreditado pelo INMETRO conforme requisitos da ISO 17025:2017. Além disso, neste ano de 2021, foi realizado avaliação da conformidade dos processos produtivos aos requisitos da cadeia automotiva alemã por meio da norma VDA 6.3:2016.					

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	97.630	107.044	87.604	97.453
Contas a receber de clientes	7	352.307	226.889	331.265	213.874
Estoques	8	309.049	189.143	275.451	162.549
Impostos a recuperar	10	56.918	55.856	47.583	46.147
Arrendamento mercantil financeiro a receber		251	280	251	280
Adiantamentos a fornecedores		16.548	23.885	12.735	19.086
Outros créditos		16.248	7.810	16.641	7.634
Total do ativo circulante		848.951	610.907	771.530	547.023
Contas a receber de clientes	7		111		111
Imposto de renda e CS diferidos	9	4.574	39.766		33.950
Impostos a recuperar	10	52.158	21.792	52.158	21.792
Arrendamento mercantil financeiro a receber		446	671	446	671
Depósitos judiciais	18.a	4.908	4.418	4.908	4.418
Bens mantidos para venda		7.875	3.606	1.118	1.118
Outros créditos		11.855	9.050	11.413	8.423
Total do realizável a longo prazo		81.816	79.414	70.043	70.483
Investimentos	11			30.686	22.862
Propriedades para investimentos		1.902	1.949	1.902	1.949
Imobilizado	12	171.178	174.134	169.413	172.730
Intangível	13	10.028	10.650	9.370	9.943
Total do ativo não circulante		264.924	266.147	281.414	277.967
Total do ativo		1.113.875	877.054	1.052.944	824.990
Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Fornecedores e contas a pagar	14	360.755	249.686	318.804	215.347
Empréstimos e financiamentos	15.a	89.489	40.744	89.489	40.744
Arrendamento a pagar	15.b	4.009	5.077	3.846	4.378
Obrigações sociais e trabalhistas		16.228	16.460	15.513	15.865
Impostos e contribuições a recolher	16	35.632	17.801	30.638	14.818
Imposto de renda e CS a recolher	16	11.789	7.350	11.789	7.350
Dividendos propostos	21	67.197	11.138	67.197	11.138
Provisões	18.c	25.182	136.001	19.444	129.262
Outras contas a pagar		32.013	17.425	26.141	11.730
Total do passivo circulante		642.294	501.682	582.861	450.632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	123		123	
Empréstimos e financiamentos	15.a		31		31
Provisões para contingências	15.b	1.276	3.964	1.276	3.964
Arrendamento a pagar		1.323	3.020	1.323	3.020
Total do passivo não circulante		2.722	7.015	2.722	7.015
Patrimônio líquido	21				
Capital social		23.685	23.685	23.685	23.685
Reserva de lucros		421.367	329.018	421.367	329.018
Ajuste de avaliação patrimonial		22.309	14.640	22.309	14.640
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		467.361	367.343	467.361	367.343
Participação de não controladores		1.498	1.014		
Total do patrimônio líquido		468.859	368.357	467.361	367.343
Total do passivo		645.016	508.697	585.583	457.647
Total do passivo e patrimônio líquido		1.113.875	877.054	1.052.944	824.990
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstrações do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	22	1.900.754	1.253.594	1.704.910	1.148.532
Custos dos produtos vendidos	23	(1.514.086)	(914.794)	(1.360.478)	(839.634)
Lucro bruto		386.668	338.800	344.432	308.898
(Despesas) receitas operacionais					
Vendas	24	(177.868)	(169.998)	(164.295)	(160.929)
Gerais e administrativas	24	(81.865)	(89.807)	(68.395)	(77.133)
Outras (desp.) receitas oper., líquidas	24	102.618	5.347	108.718	10.598
Perda esperada de cré.d. no contas a rec.	24	237	(365)	(147)	(173)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		229.790	83.977	220.313	81.261
Resultado de equivalência patrimonial	11			155	(4.260)
Receitas financeiras	25	63.471	55.590	55.202	50.410
Despesas financeiras	25	(62.364)	(69.496)	(50.433)	(61.530)
Resultado financeiro líquido		1.107	(13.906)	4.769	(11.120)
Resultado antes dos impostos		230.897	70.071	225.237	65.881
IR e contribuição social correntes	26	(40.433)	(33.492)	(40.217)	(33.492)
Imposto de renda e CS diferidos	9 e 26	(39.513)	7.760	(34.072)	12.161
Lucro líquido do exercício		150.951	44.339	150.948	44.550
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		150.948	44.550	150.948	44.550
Acionistas não controladores		3	(211)		
Resultado do exercício		150.951	44.339	150.948	44.550
Resultado por ação (em R\$)		6,37	1,87	6,37	1,88
Quantidade de ações		23.685	23.685	23.685	23.685
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstrações de resultados abrangentes					
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)					
	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		150.951	44.339	150.948	44.550
Outros resultados abrangentes:					
Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial - participação nos ORA			7.669	12.902	7.669
Resultados abrangentes totais		158.620	57.241	158.617	57.452
Resultados abrangentes atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		158.617	57.452		
Acionistas não controladores		3	(211)		
Resultado abrangente total		158.620	57.241		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido -	
	Nota
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21
Lucro líquido do exercício	
Dividendo mínimo obrigatório	
Dividendos/juros sobre capital próprio pagos	
Transferência de dividendos mínimos obrigatórios propostos ano anterior	
Reserva de retenção de lucros	
Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial - participação nos ORA	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21
Lucro líquido do exercício	
Dividendo mínimo obrigatório	
Dividendos/juros sobre capital próprio	
Transferência de dividendos mínimos obrigatórios propostos ano anterior	
Reserva de retenção de lucros	
Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial - participação nos ORA	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
Termo aditivo nº 01/2022 oriundo do Contrato 48/2021, Processo Licitatório 48/2022, TP 02/2022, assinado entre esta prefeitura e a CONSTRUTORA VENORTE EIRELI - ME, cujo objeto é contratação de empresa para construção de quadra poliesportiva no distrito de São Pedro das Taboas, fica aditado o prazo de vigência do contrato supramencionado em 180 (cento e oitenta) dias, ficando a nova vigência válida até 31/08/2022. Data da assinatura 28 de fevereiro de 2022 - Rafael Barcelos Silva - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
SESSÃO PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS - DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2022 - TOMADA DE PREÇO Nº 001/2022 - DATA: 10/05/2022 - HORÁRIO: 08:00 horas** - OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de calçamento em bloquete sextavado em diversas ruas no município de Josenópolis, MG. Local: Prefeitura Municipal de Josenópolis, na Rua Santos Pestana, s/n - Centro.

MUNICÍPIO DE MACHADO
EXTRATO DO VII ADITIVO À ATA 037/2020
Partes: Município de Machado/Bonoboi Alimentos Eireli - Reequilíbrio econômico financeiro - Processo licitatório 233/2021 Pregão 057/2021. Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros para a rede municipal de ensino. Vigência: 18/10/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO-MG
A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo-MG, informa que realizará **Processo Licitatório Nº 31/2022 - Pregão Eletrônico Nº 25/2022 - Registro de preços para futura e eventual aquisição de dietas enterais, suplementos e leites especiais para distribuição aos pacientes com necessidades nutricionais específicas, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo de Rio Abaixo-MG.** As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 06/05/2022. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 06/05/2022. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico <https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia>.
S. G. R. A., 20 de abril de 2022.
Raimundo Nonato de Barcelos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 062/2022
Pregão nº 030/2022
Objeto: Aquisição de peças de motocicletas destinadas a manutenção das diversas motos existentes nas secretarias deste município, com entrega dos envelopes às 08:00:00 horas do dia 09/05/2022. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 20/04/2022.
Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG
RATIFICO o Pedido de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 024/2022
nos termos do art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93 com suas alterações.
Objeto: Locação de imóvel para instalação e funcionamento da sede Administrativa da Secretaria Municipal de Obras e Gestão de Convênios, localizada na Rua Ferreira Leite, nº 223 - Centro, em São Francisco/MG, por um período de 09 (nove) meses, junto à empresa: **João José Vieira Junior no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) Mensais.**
São Francisco, 20 de Abril de 2022.
Ass.: **Miguel Paulo de Souza Filho**
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DE MINAS/MG, torna público contratos referente a credenciamentos: O MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DE MINAS, com sede na Praça Nossa Senhora da Conceição nº 01, Centro, CEP: 39.518-000, Serranópolis de Minas/MG, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.501/0001-91, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Max Vinícius Aguiar Martins portador do CPF nº 044.418.486-41, doravante denominado de CONTRATANTE, e as seguintes empresas:
CONTRATO 43/2022 PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021 CREDENCIAMENTO Nº 02/2021 CLINICA NUCLEUS S/S LTDA, estabelecida na Rua Doutor Cloves Fábio de Almeida, nº 30 - Bairro Ouro Branco, cidade de Porteirinha/MG, inscrita no CNPJ sob nº 20.419.233/0001-30 - Validade: 31/12/2022 Valor Contratado: R\$10.000,00 (dez mil reais) mensal. Item 21 -PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM EXAMES , CIRURGIAS, PROCEDIMENTOS E CONSULTAS ESPECIALIZADAS 2.
CONTRATO 44/2022 - PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2022 empresa: LIDER LABORATÓRIOS LTDA, estabelecida na Rua Belo Horizonte, nº 1005 - Bairro Ouro Branco, cidade de Porteirinha/MG, inscrita no CNPJ sob nº 10.725.089/0001-07 - Validade: 31/12/2022 - Valor contratado: R\$15.000,00 (quinze mil reais) mensal. Item 12 -PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS.
CONTRATO 45/2022 PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2021 empresa: ANÁLISYS LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E CITOLÓGICAS LTDA, estabelecida na Praça Odilon Coelho, Nº 400 - Centro - cidade de Porteirinha/MG, inscrita no CNPJ sob nº 12.193.612/0001-27 - Validade: 31/12/2022 - Valor contratado: R\$15.000,00 (quinze mil reais) Item 11 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS 1.
CONTRATO 46/2022 PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2021 empresa: MEDVIDA CENTRO DE MEDICINA INTEGRADA LTDA, estabelecida na Rua José Cardoso de Farias, nº 230 - Bairro Ouro Branco, cidade de Porteirinha/MG, inscrita no CNPJ sob nº 22.880.218/0001-10 - Validade: 31/12/2022 - Valor contratado: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) mensal. Itens 09 e 10 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES EM RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.
CONTRATO 47/2022 PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2021 empresa: MEDVIDA CENTRO DE MEDICINA INTEGRADA LTDA, estabelecida na Rua José Cardoso de Farias, nº 230 - Bairro Ouro Branco, cidade de Porteirinha/MG, inscrita no CNPJ sob nº 22.880.218/0001-10- Validade: 31/12/2022 - Valor Contratado:R\$10.000,00 (dez mil reais) mensal - Item 22 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM EXAMES, CIRURGIAS, PROCEDIMENTOS E CONSULTAS ESPECIALIZADAS.
CONTRATO 58/2022 PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2021 empresa: CHRISTIANO NOGUEIRA TEAGO, estabelecida na Rua Monte Azul, nº 115 - Bairro Centro, cidade de Janaúba/MG, inscrita no CNPJ sob nº 10.944.093/0001-66- Validade: 31/12/2022 - Valor contratado: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais) mensal Item 01 - Exames de Ultrassom Diversos.
CONTRATO 59/2022-PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2021 INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021 - CREDENCIAMENTO Nº 02/2022 empresa: J V SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, estabelecida na Rua Marcionílio Soares, 198, sala 02 - Bairro Esplanada, na cidade de Janaúba/MG, inscrita no CNPJ sob nº 41.197.056/0001-65- Valor contratado: R\$13.000,00 (treze mil reais) mensal-Item 02-Médico 40 horas para atender Estratégia Saúde da Família 01. Serranópolis de Minas/MG, 19 de Abril de 2022.Pres. Comissão de Licitação - Arlene Maria Dias da Silva.

CLÍNICA SOCIAL HILTON ROCHA É mais saúde ocular ao alcance de todos!

Especialidades: córnea, catarata, retina,
estrabismo, glaucoma, uveítes, lentes de
contato, órbita, oftalmopediatria.

Endereço: R. Juiz Costa Val, 161 • Santa Efigênia

hospitaldeolhoshiltonrocha.com.br

Telefone geral: **31 3010 1700** Telefone Clínica Social: **31 3010 1729**

WhatsApp: 31 97103 6791

@hospitaldeolhoshiltonrocha **hospitaldeolhoshiltonrocha**

FHR
HOSPITAL DE OLHOS
HILTON ROCHA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AMPARO
Aviso de licitação. Processo 040/2022. TP 003/2022. Tipo: Menor Preço. Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Reestabelecimento da Passagem do Calogi, autorizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil Transferência Legal nº 153/2022 Processo Sei nº 59052.008586/2022-10. Entrega abertura dos Envelopes: Dia 09 de Maio de 2022 às 09h00min. Abertura dos envelopes: Dia 09 de Maio de 2022 às 09h15min. Carlos Henrique Avelar, Prefeito Municipal. Soraia do Carmo Bolcato, Presidente da CPL. Informações completas com a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo/MG - Fone (35) 3863-2777, no horário de 13h00min as 16h00min. licitacao@santantoniodoamparo.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG
PROCESSO N.º 042/2022 - INEXIGIBILIDADE 08 - CREDENCIAMENTO 003 - Objeto: Credenciamento de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas (Microempreendedores Individuais (M.E.I.), para prestação de serviços à Prefeitura Municipal de Buenópolis/MG, de transporte individual de passageiros (taxi).A partir do dia 27/05/2022 as 09:00 horas. O Edital se encontra disponível no site <http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/>. Informações: e-mail: licitacao@buenopolis.mg.gov.br. CPL. Célio Santana-Prefeito Municipal.

AVIVAR ALIMENTOS S/A CNPJ n.º 42.816.108/0001-05 NIRE 31300140865
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O presidente da Companhia Avivar Alimentos S/A, Sr. José Magela da Costa, no uso das atribuições que lhes conferem o Estatuto Social, convoca os seus acionistas, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária - AGO, a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 08:30 horas, em primeira convocação com a presença mínima de 70% (setenta por cento) de seus acionistas e às 09:00 horas, em segunda convocação com qualquer número, na sede social da Companhia, localizada em São Sebastião do Oeste/MG, no Povoado Teixeira, s/nº, Zona Rural, CEP: 35.567-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) Demonstrações financeiras, relatório da administração e relatório da auditoria externa, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021; (b) Destinação dos resultados da Companhia; (c) Outros assuntos de interesse da Companhia. As Demonstrações financeiras completas foram publicadas no dia 29/03/2022 nos seguintes jornais, Jornal Agora (Divinópolis/MG) e Jornal Hoje em Dia (Belo Horizonte/MG) e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Sebastião do Oeste/MG, 21 de abril de 2022. José Magela da Costa - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial - nº 001/2022
O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial - nº 001/2022. Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transportes, incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de servidores e documentos, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação. Data de realização **05/05/2022 às 09:00 h.** O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações. Nova Lima, 21 de abril de 2022. A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG
Torna público para o conhecimento de todos, a **Adesão à ata de registro de preços Nº 015/2021 Pregão Eletrônico por Registro de Preço Nº 010/2021 do Consorcio Intermunicipal de Infraestrutura dos Municípios de Amaje - Diamantina. Objeto:** Aquisição de Conjuntos Escolares e Mobiliários para uso na rede Municipal de Ensino Fundamental a ser destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Francisco. Empresa Contratada: **Solução Indústria e Comercio de Moveis Eireli - ME.** São Francisco/MG. 20 de abril de 2022 **Miguel Paulo Souza Filho** Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ/MG PL nº 28/2022 - TP nº 06/2022
Obj: Contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação poliédrica de 1.494,82 m² na rua Av. Imaculada Conceição e Rua Bom Jardim, na Comunidade de Bom Jesus do Oeste no Município de Conceição do Pará/MG -Entrega dos envelopes dia 10/05/2022, às 09:00 hrs-Informações pelo tel (37) 3276-1391 - Edital pelo site www.conceicaoodopara.mg.gov.br. Lucrécia Dias Miranda Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE ESPERA FELIZ/MG
AVISO DE DISPENSA Nº 0033/2022 - PROCESSO 0133/2022 - Contratação de empresa para prestação de serviço de dedetização para eliminação de roedores, insetos, escorpiões e outros animais perigosos, para apresentação de proposta na Data 28/04/2022 às 09:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br. Oziel Gomes da Silva Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência Pública nº 039/2021
O Município de Nova Lima torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública nº 039/2021. Objeto: execução de Redes de Drenagem na Rua Lincoln Tolentino e na Rua Vitória - Nova Lima/MG. A abertura dar-se-á no dia 30/05/2022 às 09:00 h na Rua Bias Fortes, nº 62 – 2º andar, Centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 25/04/2022 no site www.novalima.mg.gov.br e no Departamento de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 20 de abril de 2022.

PATRICIA LEILOEIRA faz saber que será levado a leilão online os bens móveis (implementos, veículos e sucatas) inservíveis ao município de Mathias Lobato. Leilão 001/2022. Proc. Licit. 035/2022. Dia 11/05/2022 a partir de 14 horas no site www.patricialeiloeira.com.br. Os bens poderão ser visitados no Almoxnafado da Prefeitura, Rua Joaquim Cecilio, Centro, Mathias Lobato de 07 às 11 e 13 às 16 hs nos dias 02/05/2022 à 11/05/2022. Maiores informações: (31) 3243-1107.

MUNICÍPIO DE MACHADO
EXTRATO DO II TERMO ADITIVO À ATA RP Nº 005/2022
Partes: Município de Machado/D E F Costa Transporte e Construtora LTDA. **Reequilíbrio Econômico Financeiro - Processo licitatório 410/2021 Pregão 005/2022. Objeto:** Fornecimento de CBUQ - Vigência: 28/01/2023.

PATRICIA GRACIELE DE ANDRADE SOUSA, LEILOEIRA OFICIAL JUCEMG 945 faz saber que será levado a leilão os bens móveis (veículos) inservíveis ao município de Machacalis. Leilão 001/2022. Proc. Licit. 038/2022. Dia 17/05/2022 às 09 horas na Garagem Municipal, R: Exupério Pereira, 169 Centro, Machacalis e no site www.patricialeiloeira.com.br. Os bens poderão ser visitados na Garagem Municipal, R: Exupério Pereira, 169 Centro, Machacalis a partir da publicação do edital até o dia do leilão, de segunda a sexta feira, das 07:00 às 11:00 e de 12 às 17 horas. Maiores inf. (31) 3243-1107.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG-Aviso de Ratificação e Homologação - Torna pública a Ratificação e a Homologação do Processo Licitatório 069/2022, Pregão Presencial 011/2022, Adesão 002/2022 no dia 20/04/2022, objeto: Aquisição de bombas de infusão para o Hospital Municipal, em conformidade com o Pregão Presencial 034/2021, Ata de Registro de Preço 144/2021, realizados pela Prefeitura Municipal de Extrema - Resolução SES/MG nº 7.325. Empresa: Comercial MADP Equipamentos Hospitalares EIRELI-ME – CNPJ: 10.985.691/0001-83 no valor total R\$ 42.600,00. Rhenys da Silva Cambraia – Prefeito Municipal. Inf:www.po.mg.gov.br e 3438111231.

PATRICIA GRACIELE DE ANDRADE SOUSA, LEILOEIRA OFICIAL JUCEMG 945 faz saber que será levado a leilão os bens móveis (veículos e outros) inservíveis ao município de Guiricema. Leilão 001/2022. Proc. Licit. 175/2022. Dia 09/05/2022 a partir de 14 horas no site www.patricialeiloeira.com.br. Os bens poderão ser visitados na Garagem da Prefeitura, estrada que liga Guiricema ao distrito de Vilas Boas de 02/05 à 09/05/2022 de 08 às 11 e 13 às 16 hs. Maiores inf. (31) 3243-1107.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG
EXTRATO DE EDITAIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2022 REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2022 - UASG 984305
Tipo: Menor Preço por item. Objeto: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de barracas (tipo feira livre) para atender às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Cataguases. Data de realização: 06 de maio de 2022, às 9h. Valor estimado: R\$ 102.200,00. Disponibilidade do Edital: pregaocataguases@gmail.com e pelo portal de compras do Governo Federal: www.comprasgovernamentais.gov.br. Cataguases, 12 de abril de 2022. José Henriques - Prefeito de Cataguases

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENOPOLIS/MG
PROCESSO N.º 041/2022 - PREGÃO PRESENCIAL SRP 007/2022 – OBJETO: Registro de preços para aquisição de madeira porta e pranchas. Data: 09:00 horas do dia 17/05/2022. O Edital se encontra disponível no site <http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/>. Informações: e-mail: licitacao@buenopolis.mg.gov.br. CPL. Célio Santana Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE VIGÊNCIA DE PRAZO AO CONTRATO Nº 2116001
Processo de Licitação Nº.: 160/2021. Modalidade: Tomada de preço Nº. 014/2021. Contratante: Município de Janaúba/MG. Contratada: JJF Construtora Locação de Máquinas Ltda. Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para a realização de drenagem da Rua Lídio Cardoso. Vigência: 14/10/2021 a 14/04/2022. Prorrogação: 14/04/2022 a 14/10/2022.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
ABC – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO S/A - ABCTUR CNPJ n.º 38.709.093/0001-09 NIRE 3130000879-7
Ficam os Srs. Acionistas da “ABC – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO S/A - ABCTUR” convocados para as **Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária** a serem realizadas no dia 25 de maio de 2.022, na sede social, situada na Av. Brasil, nº 1533, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte, MG, **DE FORMA PRESENCIAL**, a partir das 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito de voto, e às 10:30horas, em segunda convocação, com qualquer número (art. 125 c/c art. 135, *caput*, e art. 136, *caput*, da Lei 6.404/76), para tratarem da seguinte ordem do dia: **1 – Ordinariamente:** (i) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício fiscal findos em 31 de dezembro de 2.020 e em 31 de dezembro de 2.021; (ii) - Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. **(iii)** Deliberar a respeito da remuneração global dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria; **2 – Extraordinariamente:** (i) Deliberar sobre a re-ratificação da deliberação constante da Ata de AGOE ocorrida em 14/07/2017 com relação a emissão de novas ações em razão do aumento de capital; **(ii)** proposta de aumento do capital social; **(iii)** Alteração da redação do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia, em função das deliberações precedentes; **(iv)** outros assuntos de interesse da sociedade. **Observação:** Os documentos relativos às Assembleias estarão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na data da publicação deste edital, BEM COMO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SOCIEDADE www.abcviagens.com.br em “DOWNLOADS”. Podem, ainda, serem solicitados através do e-mail abcviaignes@abcviagens.com.br. Belo Horizonte, 19 de abril de 2022 **ELEUSA GARCIA MELGAÇO** Presidente do Conselho de Administração

Rede Biz Serviços e Distribuição de Produtos S.A.

CNPJ: 09.201.728/0001-56

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da empresa Biz Distribuidora S.A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Os membros da diretoria encontram-se à disposição dos Srs. Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito das informações apresentadas.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em Reais Mil					
Ativo	2020	2021	Passivo	2020	2021
Circulante	21.861	22.243	Circulante	11.390	11.423
Caixa e Bancos	391	378	Fornecedores	5.717	6.879
Aplicação Financeiras	5.584	2.043	Empréstimos e Financ.	4.039	2.083
Clientes	5.641	9.521	Obrigações Trabalhistas	716	673
Estoques	8.874	9.144	Obrigações Fiscais	268	332
Outros Créditos	4	18	Outras obrigações	651	1.457
Impostos a recuperar	975	757	Não Circulante	3.950	2.447
Despesas Exercício Seguinte	38	49	Depósito Judicial	392	446
Adiantamento a Fornecedor	354	334	Financiamento Longo Prazo	2.008	452
			Empréstimos Diretores	1.550	1.550
Não Circulante	322	287	Patrimônio Líquido	6.843	8.660
Aplicações Longo Prazo	0	0	Capital Social	4.357	5.393
Imobilizado	322	287	Reserva de Lucro	1.027	1.673
			Lucro/ Prejuízo Acumulado	0	0
			Reserva Legal	423	535
			Adiantamento Futuro Aumento		
			Capital - AFAC	1.036	1.059
Total Ativo	22.183	22.530	Total Passivo e Pat. Líquido	22.183	22.530

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Contexto Operacional:

A Biz Distribuidora é uma empresa do Grupo Aliança Atacadista, com sede em Uberlândia-MG. Foi constituída em 2010 com o objetivo de desenvolver o segmento varejista, focando no desenvolvimento das marcas distribuídas até o consumidor. Atualmente, a Biz Distribuidora atua no Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Centro Oeste de Minas. Na área são compreendidas 108 cidades, com atendimento de vendedores CLT, promotores e entregas entre 24 a 72 horas. A Biz Distribuidora foi criada com o objetivo de oferecer ao mercado varejista o melhor serviço de atendimento e logística.

Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras consolidadas da empresa, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board – IASB – e às práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº

11.638/07, atendendo aos princípios fundamentais de contabilidade.

Patrimônio Líquido:

Capital Social:

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado da companhia era R\$ 4.357, representado por 4.357.000 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal e em 31 de dezembro de 2021 R\$ 5.393, representado por 5.393.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 2021 os acionistas da Biz Distribuidora liberaram o valor de R\$ 1.059, como adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

Reserva de lucros:

A partir das exigências da Lei 11.638/07 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros. A Companhia constituiu Reserva Legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social até atingir o limite de 20% do Capital Social.

Diretoria:

Diretor Presidente: Calcir José Pereira Júnior

Diretor Vice-Presidente: João Bosco Pereira

Dione Neves Belchior- Contador responsável - CRC-MG: 073.330/O-6

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Valores em Reais Mil		
	2020	2021
Receita Operacional Bruta	129.823	126.668
Deduções	15.748	14.447
Receita Líquida	114.074	112.221
Custo dos Produtos Vendidos	(89.896)	(87.400)
Lucro Bruto	24.178	24.821
Despesas com Vendas	873	897
Despesas Logística	3.981	4.374
Despesas Operacionais	14.913	14.904
Resultado Operacional	4.411	4.645
Resultado Financeiro	(1.320)	(1.543)
Outras Receitas Operacionais	0	0
Resultado não Operacional	202	276
Lucro antes do I.R. e da C.S.	3.293	3.378
Provisão de IRPJ e CSLL	(1.111)	(1.149)
Lucro Líquido do Período	2.182	2.229

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2021

Valores em Reais Mil		
	2020	2021
Saldo Inicial	4.489	5.975
Geração Interna de Recursos	1.034	9
Lucro Líquido	1.054	47
Depreciação	(20)	(37)
Juros apropriados (e Correção Monet.)	0	0
Lucro Líquido Venda Imobilizado	0	0
Recursos Operacionais	1.641	(3.893)
Fornecedores	(1.143)	1.162
Empréstimos e Financ.	1.615	(1.956)
Obrigações Trabalhistas	82	(43)
Obrigações Fiscais	12	1.114
Outras Obrigações	(24)	806
Clientes	(344)	(3.880)
Estoques	877	(270)
Outros Créditos	233	(3)
Impostos a Recuperar	369	(832)
Desp. Do Exercício Seguinte	(8)	(11)
Adto a Fornecedor	(30)	20
Saldo Operacional	7.163	2.091
Recursos não Operacionais	(1.189)	330
Empréstimos Curto e Longo Prazo	(1.870)	(1.556)
Aporte de Capital	0	0
Dividendos Distribuídos	629	1.760
Depósito Judicial	47	54
Imobilizado	5	73
Investimentos	0	0
Saldo Final	5.975	2.421

Demonstrações de Resultados		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020		
Valores em Reais Mil		
	2020	2021
Receita Operacional Bruta	129.823	126.668
Deduções	15.748	14.447
Receita Líquida	114.074	112.221
Custo dos Produtos Vendidos	(89.896)	(87.400)
Lucro Bruto	24.178	24.821
Despesas com Vendas	873	897
Despesas Logística	3.981	4.374
Despesas Operacionais	14.913	14.904
Resultado Operacional	4.411	4.645
Resultado Financeiro	(1.320)	(1.543)
Outras Receitas Operacionais	0	0
Resultado não Operacional	202	276
Lucro antes do I.R. e da C.S.	3.293	3.378
Provisão de IRPJ e CSLL	(1.111)	(1.149)
Lucro Líquido do Período	2.182	2.229
Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Em 31 de Dezembro de 2021		
Valores em Reais Mil		
	2020	2021
Saldo Inicial	4.489	5.975
Geração Interna de Recursos	1.034	9
Lucro Líquido	1.054	47
Depreciação	(20)	(37)
Juros apropriados (e Correção Monet.)	0	0
Lucro Líquido Venda Imobilizado	0	0
Recursos Operacionais	1.641	(3.893)
Fornecedores	(1.143)	1.162
Empréstimos e Financ.	1.615	(1.956)
Obrigações Trabalhistas	82	(43)
Obrigações Fiscais	12	1.114
Outras Obrigações	(24)	806
Clientes	(344)	(3.880)
Estoques	877	(270)
Outros Créditos	233	(3)
Impostos a Recuperar	369	(832)
Desp. Do Exercício Seguinte	(8)	(11)
Adto a Fornecedor	(30)	20
Saldo Operacional	7.163	2.091
Recursos não Operacionais	(1.189)	330
Empréstimos Curto e Longo Prazo	(1.870)	(1.556)
Aporte de Capital	0	0
Dividendos Distribuídos	629	1.760
Depósito Judicial	47	54
Imobilizado	5	73
Investimentos	0	0
Saldo Final	5.975	2.421